



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.039947/2025-14

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviço especializado para monitoramento, afugentamento e controle populacional de pombo-doméstico (Columba livia) no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, filial HU Brasil.

1.2. O serviço está dimensionado nas seguintes especificações e quantitativos:

Item	Código CATSERV	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	21881	12	mensal	Contratação de serviço especializado para monitoramento, afugentamento e controle populacional de pombo-doméstico (Columba livia) no Hospital das Clínicas – UFMG filial HU Brasil.

1.3. Local de prestação dos serviços:

1.3.1. Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais – Filial HU Brasil

1.3.2. Endereço: Avenida Professor Alfredo Balena, 110 - Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG. CEP: 30130-100.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

1.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada até o limite de 5 anos, conforme art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nos últimos meses, observou-se um aumento na quantidade de pombos que tem se alojado nas edificações do HC-UFMG. Isso se deve ao fato de o hospital estar situado em uma área hospitalar da cidade que abrange uma extensa área, conhecida pela alta incidência dessa espécie de ave. Edificações próximas têm servido como locais de abrigo e reprodução para esses pombos, demandando uma atenção específica.

Em 2025, o Hospital das Clínicas da UFMG precisou mobilizar pacientes da Unidade Neonatal como medida preventiva contra riscos à saúde decorrentes da possível infestação por piolhos de pombos nos leitos. Tal situação chegou a ser amplamente divulgada pela mídia. (link SEI 53166017).

Diante desta situação, outras medidas foram tomadas como a solicitação de uma vistoria da equipe de Zoonoses da Prefeitura de Belo Horizonte para uma inspeção da área física. Dentre as recomendações apresentadas pelo serviço, foi solicitada a instalação de tela em um local identificado como ponto de concentração dos pombos com muitos vestígios (ovos e fezes), de modo a evitar o abrigo destas aves. Além dessa área, eles identificaram vários equipamentos de ar-condicionados sem proteção contra o pouso do pombo. No entanto, de acordo com a avaliação do Setor de Infraestrutura Física, a instalação de tela nestas áreas ou é inviável por não possibilitar o acesso para sua instalação ou não impediria o pouso do pombo, como é o caso dos ar-condicionados, pois haveria uma folga na tela possibilitando que o pombo ainda conseguisse pousar sobre o equipamento.

Acrescenta-se ainda que, uma parte das edificações do hospital possui brisa nas janelas, proteção esta que não impede o acesso dos pombos aos beirais das janelas, favorecendo o pouso, construção de ninhos e deposição de fezes.

Embora o Hospital das Clínicas da UFMG possua contrato vigente para o serviço de controle de pragas, o escopo atual contempla apenas o uso de gel irritante nos beirais de janelas, mas que não tem sido satisfatório para o controle populacional de pombos.

Posto isto e, considerando que várias intervenções físicas possíveis para o afastamento dessa praga urbana das instalações do HC-UFMG já foram tomadas, obtendo-se, no entanto, pouca efetividade;

Considerando que as fezes secas dos pombos contém fungos causadores de doenças que podem ser, especialmente, graves em pessoas imunodeprimidas. E que o pó resultante delas podem ser inalados, levando a problemas respiratórios graves.

Considerando os sérios riscos à saúde pública e ao ambiente urbano causados pela presença dos pombos;

Considerando que o método de falcoaria se apresenta como a alternativa ambientalmente mais adequada, pois utiliza um sistema natural de predação entre aves de rapina e suas presas, promovendo um controle sustentável e sem o uso de substâncias químicas, e que este serviço já demonstrou eficácia em outros hospitais da Rede HU Brasil. No contexto hospitalar de Belo Horizonte, também é possível observar o sucesso da experiência implementada no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. (link SEI 53166169)

Considerando a necessidade de uma intervenção mais célere para controlar a população de pombos nas instalações do HC-UFMG e garantir a segurança sanitária e o bem-estar dos pacientes e profissionais do Hospital das Clínicas da UFMG/HU Brasil, a contratação do serviço especializado para o monitoramento, afugentamento e controle populacional do pombo-doméstico (Columba livia) torna-se necessária.

Considerando a urgência da necessidade de intervenção, foi feita uma primeira contratação do referido serviço, por meio de dispensa, que se encontra vigente até 17/05/2026. Portanto, a contratação em tela permitirá a continuidade do serviço após o encerramento do contrato vigente.

A demanda apresentada contempla a definição prévia dos serviços a serem contratados ao longo do exercício, os quais estão devidamente inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), observados os prazos de início do planejamento da contratação previstos no RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme os Processos 23537.042514/2025-46 e 23477.014147/2025-42, respectivamente.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução da contratação abrange a prestação de serviço especializado para monitoramento, afugentamento e controle populacional de pombo-doméstico (Columba livia), por meio da técnica de falcoaria e outros métodos associados.

**3.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

- 3.2.1. A atividade de controle e afugentamento deverá ser realizada em duas visitas semanais. Os dias da semana serão definidos na reunião inicial, em acordo com a equipe de fiscalização do contrato.
- 3.2.2. O serviço deverá ser prestado nas áreas externas do entorno dos prédios do Complexo Hospital das Clínicas da UFMG/HU Brasil, conforme discriminado a seguir: área externa do complexo 5.840 m<sup>2</sup>, área total construída estimada: 70.443 m<sup>2</sup>.
- 3.2.3. Não será permitida a aplicação de produtos químicos ou fármacos para a realização dos serviços.
- 3.2.4. A contratada deverá fornecer mão de obra especializada para a execução dos serviços, utilizando a técnica de falcoaria.
- 3.2.5. A contratada deverá se responsabilizar por todo material e equipamentos a serem utilizados para a execução dos serviços de falcoaria.
- 3.2.6. O transporte para mobilização dos funcionários e de materiais é de total responsabilidade da contratada.
- 3.2.7. A contratada deverá disponibilizar aves de rapina e armadilhas, em quantidade suficiente, para execução do trabalho.
- 3.2.8. A contratada é responsável pela destinação dos indivíduos capturados, conforme requisitos da Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006 do IBAMA.
- 3.2.9. A contratada deve possuir em seu quadro profissional capacitado para execução/supervisão dos serviços, registrado no conselho de classe competente.
- 3.2.10. A contratada será responsável por qualquer dano causado à estrutura do campus, tais como: vidros quebrados, resíduos espalhados sem o descarte adequado, deslocamento de telhas nas coberturas, telhados ou qualquer outro dano a patrimônio da contratante que, porventura, ocorra durante a execução dos serviços.

**3.3. Vigência do Contrato:**

- 3.3.11. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****Sustentabilidade**

- 4.4. A contratada deverá observar os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica na execução dos serviços de falcoaria, atendendo aos seguintes critérios:

**Bem-estar animal:**

- 4.4.12. Garantir que todas as aves utilizadas estejam em boas condições de saúde, com acompanhamento veterinário regular.
- 4.4.13. Apresentar documentação que comprove a origem legal das aves, incluindo registro junto aos órgãos ambientais competentes (IBAMA ou IEEF).
- 4.4.14. Assegurar que os métodos de manejo respeitem o comportamento natural das aves, evitando práticas que causem sofrimento ou estresse.

**Licenciamento e conformidade ambiental:**

- 4.4.15. Apresentar licenças e autorizações ambientais válidas para a atividade de falcoaria, conforme legislação vigente.
- 4.4.16. Cumprir todas as exigências legais relacionadas à fauna silvestre e à prestação de serviços com animais em áreas urbanas.

**Responsabilidade social e capacitação:**

- 4.4.17. Priorizar a contratação de profissionais capacitados e certificados para o manejo de aves de rapina.
- 4.4.18. Promover ações de educação ambiental junto aos colaboradores e à comunidade, sempre que possível.

**Gestão de resíduos e impactos ambientais:**

- 4.4.19. Adotar práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes da atividade, como descarte adequado de resíduos orgânicos e materiais utilizados.
- 4.4.20. Evitar o uso de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente durante o serviço.

**Transparência e monitoramento:**

- 4.4.21. Disponibilizar relatórios periódicos sobre a execução dos serviços, incluindo indicadores de desempenho ambiental e bem-estar animal.
- 4.4.22. Permitir auditorias e fiscalizações por parte da contratante ou de órgãos competentes.
- 4.5. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- 4.6. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais, caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

**Subcontratação**

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação justifica-se pela natureza técnica e especializada do serviço de falcoaria, que envolve manejo de fauna por meio de aves de rapina e requer elevada qualificação da equipe, controle operacional rigoroso e padronização de procedimentos.

4.7.23. Além disso, a execução ocorre em ambiente hospitalar, o que exige observância estrita a protocolos de biossegurança, controle de acesso e treinamento específico, fatores que demandam atuação direta da contratada e dificultam a delegação a terceiros sem prejuízo da qualidade e da segurança do serviço.

4.7.24. Nesse contexto, a vedação mostra-se medida adequada e necessária para assegurar a efetividade da contratação, a adequada fiscalização e a responsabilização direta da contratada, não se verificando alternativa menos restritiva capaz de garantir, com o mesmo nível de segurança, a correta execução do objeto.

4.7.25. Assim, a medida resguarda o interesse público e assegura a prestação do serviço com o padrão técnico exigido.

4.8. Não será aceita a participação de empresas reunidas em consórcio. Considerando que a contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns, prestados por várias empresas no mercado, não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, de modo a aumentar a competitividade no certame e, por conseguinte, a sua economicidade.

#### **Garantia da contratação**

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 185 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.

4.9.26. A dispensa da garantia decorre da análise de baixo risco da contratação, da inexistência de obrigações que envolvam elevado ônus financeiro para a Administração e da possibilidade de acompanhamento contínuo da execução, com medições periódicas e controle efetivo por parte da fiscalização.

4.9.27. Permanecem assegurados à Administração os instrumentos legais e contratuais para resguardar o interesse público, incluindo a aplicação de sanções e a rescisão contratual, quando cabíveis.

4.9.28. A não exigência de garantia não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela fiel execução do objeto contratado.

#### **Vistoria**

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h00 às 12h00 e das 14h00min às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (31) 3307-9057 com Graycielle Kívian D' Paula Silva, ou outro profissional designado para acompanhamento do contrato, ou pelo e-mail uhopsp.hc-ufmg@hubrasil.gov.br.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13. A visita justifica-se pela necessidade de conhecer os locais de execução do objeto e para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta.

4.14. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.15. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, podendo sua realização ser comprovada por:

4.15.29. Declaração emitida e assinada pelo servidor responsável, de que conhece as condições locais para execução do objeto e que realizou vistoria no local do evento, conforme modelo do Anexo I - DECLARAÇÃO DE VISITA/VISTORIA devendo ser anexada juntamente com a documentação no Portal de Compras Governamentais, o qual será acostado aos autos do respectivo processo.

4.16. Caso opte por não a realizar, deverá ser apresentada uma declaração emitida e assinada pelo representante legal do licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), conforme o ANEXO II - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DA VISTORIA.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.18. A execução dos serviços será iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após a data da assinatura do contrato pelas partes ou a partir de ordem de serviço emitida pela Administração.

5.19. O serviço deverá ser prestado nas áreas externas do entorno dos prédios do Complexo Hospital das Clínicas da UFMG, conforme discriminado a seguir: área externa do complexo 5.840 m<sup>2</sup>, área total construída estimada: 70.443 m<sup>2</sup>, de acordo com as solicitações realizadas pela contratante.

5.20. O serviço será efetuado por meio de visitas mensais à Contratante, sendo, inicialmente, 2 visitas semanais nas datas e horários estabelecidos pela equipe de fiscalização do contrato. A contratada deverá ainda atender a solicitações emergenciais feitos pela Unidade de Hospitalidade, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.21. Após a realização de cada visita, a contratada deverá emitir uma Ordem de Serviço com o detalhamento do que foi executado, assinada pelo técnico da empresa e por representante do hospital;

5.21.30. A Ordem de Serviço deverá ser encaminhada após cada visita para a equipe de fiscalização do contrato;

- 5.22. A contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, materiais e insumos necessários à execução do serviço;
- 5.23. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, adotando todas as orientações e procedimentos especificados no presente Termo de Referência;
- 5.24. A Contratada deverá estar devidamente licenciada para o exercício das atividades junto à autoridade sanitária ou ambiental competente, estadual ou municipal;
- 5.25. Ter responsável técnico, legalmente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes a falcoaria;
- 5.26. Estar registrada no Conselho Regional, correspondente ao serviço do seu técnico responsável que, também, deve estar devidamente registrado e regularizado junto ao respectivo conselho;
- 5.27. Cumprir a Legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados.
- 5.28. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade relacionada com o serviço contratado, prestando à contratante os esclarecimentos julgados necessários;
- 5.29. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 5.30. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço objeto deste contrato sem anuência.
- 5.31. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.32. Os serviços serão realizados nas áreas externas do entorno dos prédios do Hospital das Clínicas da UFMG/HU Brasil, situada à Av. Professor Alfredo Balena, 110 - Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG - CEP: 30130-100, em até **5 (cinco) dias corridos**, após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Contrato ou documento equivalente, pelo CONTRATADO.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.33. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a execução de todos os serviços.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.34. A contratada deverá fornecer a(s) ave(s) de rapina, armadilhas e profissional capacitado para a execução de todos os serviços.
- 5.35. Todos os custos relacionados à logística são de responsabilidade da contratada.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.36. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
- 7.1.1. Será indicado percentual de reajuste no valor dos serviços, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. Para efeito de pagamento deverá ser observado o Instrumento de Medição de Resultado. Da aferição dos serviços e da adequação dos pagamentos:
- 7.2.1. Os serviços serão aferidos pela FISCALIZAÇÃO do contrato, quantitativamente e qualitativamente, nos últimos cinco dias do período de avaliação;
- 7.2.2. A FISCALIZAÇÃO do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle dos serviços, conforme modelo constante do Anexo III deste Termo de Referência.
- 7.2.3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.2.4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.2.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.2.6. A FISCALIZAÇÃO do contrato determinará a adequação do pagamento de acordo com os descontos estabelecidos através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo constante no Anexo III;

7.2.7. Para os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), através de adequação do pagamento, não será necessário a abertura de Processo Administrativo Sancionador.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.5. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo específico, no qual, o prestador estará sujeito ao contraditório e a ampla defesa, conforme a legislação vigente, conforme item 14 do presente termo.

7.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.6.1. Antes do encaminhamento da nota fiscal para pagamento, a prestadora de serviço deverá encaminhar à equipe de fiscalização, por meio eletrônico, uma planilha de medição que demonstre a formação do custo daquela nota, para aprovação do fiscal da Contratante

7.6.2. A contratante, após análise das planilhas de medição e concordância do fiscal do contrato, irá devolvê-las à Contratada, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, observadas as seguintes condições:

7.6.2.1. Aprovadas estarão se corretas estiverem devendo a Contratada providenciar o faturamento e emissão de notas fiscais, as quais deverão ser entregues, impreterivelmente, até 2(dois) dias úteis após aprovação da medição pelo Hospital das Clínicas da UFMG;

7.6.2.2. se incorretas, deverão ser refeitas e reapresentadas em até dois dias úteis, contados da data de seu recebimento, para providências de aprovação do fiscal do contrato, e devolução à Contratada para fins de faturamento e emissão das notas fiscais.

#### **Do recebimento**

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8.3. Para o recebimento provisório dos serviços, a contratada deverá enviar os relatórios mensais de execução do serviços.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.9. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.10. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.14.11. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

- 7.14.12. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 7.14.13. Enviar a documentação pertinente à Unidade de Fiscalização Administrativa para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.18. Os pagamentos a serem efetuados à Contratada deverão considerar o atendimento das metas na execução do serviço, com base no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR (Anexo III do Termo de Referência).
- 7.18.14. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- 7.18.14.3. a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCCE 3.0;
- 7.18.14.4. b) não configure descaracterização do objeto contratado.

#### **Liquidação**

- 7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.20.15. o prazo de validade;
- 7.20.16. a data da emissão;
- 7.20.17. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.20.18. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.20.19. o valor a pagar; e
- 7.20.20. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.23.21. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.23.22. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.28. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.29. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 7.30. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.32.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.34. A HU Brasil não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 7.35. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

### Intervalo entre lances

- 8.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 1%.

### Regime de execução

- 8.3. O regime de execução do contrato será a Contratação por Preço Global.

### Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte

- 8.4. Sobre a participação de ME e EPP, registra-se a necessidade de reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

- 8.5. Adicionalmente, observa-se ainda a necessidade de adoção de participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para aqueles produtos cujo valor estimado seja inferior a R\$ 80.000,00. Contudo, os incisos II e III do artigo 49 do mesmo diploma (in verbis) estabelece que:

*"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta lei complementar quando:*

*II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;"*

- 8.6. Nesse contexto, eventual restrição da disputa apenas a microempresas e empresas de pequeno porte poderia resultar no fracasso do item pela ausência de propostas válidas comprometeria diretamente a continuidade dos serviços assistenciais e o regular funcionamento da unidade hospitalar.

- 8.7. Tal cenário representaria risco relevante à assistência prestada à população, além de potencial desperdício de recursos públicos decorrente da necessidade de contratações emergenciais.

- 8.8. Registra-se ainda que não foram identificados por este HUF a existência, no "mercado local", de fornecedores competitivos, com estrutura organizacional e logística capazes de suportar as demandas, em tempo hábil, de um hospital de média e alta complexidade, que se enquadrem como ME/EPP, e que sejam capazes de cumprir todas as exigências estabelecidas no referido instrumento convocatório.

- 8.9. Assim, considerando a exceção prevista no inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123/2016 e a exceção prevista no inciso II, art. 10, do Decreto 8.538/2015, observando os princípios da eficiência e vantajosidade, decide-se que não serão indicados itens de participação exclusiva para ME/EPP, tendo os motivos devidamente detalhados na Justificativa - SEI 5 (58823108), constante do processo relacionado 23537.004847/2026-58.

### Exigências de habilitação

- 8.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação Jurídica

- 8.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.14. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.18. Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 622, de 2022 e legislação e normatização correlata.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.22. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;
- 8.24. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.25. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;
- 8.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$
- $$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$
- $$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$
- 8.26.1. caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses.
- 8.26.2. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.27. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### Habilitação - Qualificação Técnica:

- 8.28. Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos dos artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 622, de 09 de março de 2022 e legislação e normatização correlata.
- 8.29. Alvará de licenciamento ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária;
- 8.29.1. Caso o Alvará Sanitário/Licença Ambiental esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.
- 8.29.2. Caso a proponente seja dispensada da Alvará Sanitário/Licença Ambiental, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.
- 8.30. Comprovação de que proponente possui, em seu quadro de pessoal, na data da contratação, Responsável Técnico legalmente habilitado e com registro no Registro no Conselho Profissional afeto à categoria para prestar serviço de controle da fauna sinantrópica nociva nos termos da RDC Anvisa nº 622, de 09 de março de 2022.
- 8.30.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;
- 8.30.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;
- 8.30.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;
- 8.30.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.



8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 01 (um) ano, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.32. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.32.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado serviço especializado para monitoramento, afugentamento e controle populacional de pombo-doméstico (Columba livia), por meio da técnica de falcoaria, por período não inferior à 01 (um) ano.

8.32.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.32.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.33. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, desde que se refiram a um período mínimo de 12 (doze) meses ininterruptos, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.35. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

## 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

## 10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Manter profissional capacitado na execução dos serviços	01
10	Manter equipamentos e insumos suficientes para realização dos serviços	02

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. De acordo com o art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, o valor estimado da contratação será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026.

12.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, filial da HU Brasil.

### 13. ANEXOS

13.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

13.1.1. Anexo I - Declaração de Visita/Vistoria (60991153)

13.1.2. Anexo II - Declaração Formal de Dispensa da Vistoria (60991242)

13.1.3. Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (60991315).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Lopes Oliveira, Chefe de Setor**, em 20/05/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernesto Malard Assad, Administrador(a)**, em 21/05/2026, às 07:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria da Silva Neme, Gerente**, em 21/05/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Ramos de Oliveira, Assistente em Administração**, em 25/05/2026, às 07:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **60797826** e o código CRC **28E37057**.

Referência: Processo nº 23537.039947/2025-14 SEI nº 60797826